

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

Atos Administrativos

SUMÁRIO

Resoluções de Afastamentos nº 144 a 147/2012	2
Ata da 2096ª Sessão Ordinária na Íntegra	2
Ata da 2097ª Sessão Ordinária na Íntegra	2
Ata de Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final	10
Ata de Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final	11

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

EXPEDIENTE

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

 ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

 VICTOR TAVARES PIRO
 Diagramação

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
RESOLUÇÃO Nº 144/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o afastamento da servidora **KAREN SHEILA ROCHA SILVA NEGREIROS, Consultora Jurídica**, para viajar com destino ao município de Normandia, com a finalidade de prestar assessoramento ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Normandia, no período de 16.04 a 25.04.2012, a serviço desta Assembleia Legislativa Estadual.

Palácio Antônio Martins, 13 de abril de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
RESOLUÇÃO Nº 145/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o afastamento dos Excelentíssimos Senhores Deputados **ERCI DE MORAES** e **FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA**, para viajarem com destino a cidade de Rio Branco-AC, com a finalidade de participarem da VI Reunião Ordinária da Diretoria Executiva do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas, nos dias 15 e 16.04.2012, a serviço desta Assembleia Legislativa Estadual.

Palácio Antônio Martins, 13 de abril de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
RESOLUÇÃO Nº 146/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o afastamento dos Excelentíssimos Senhores Deputados **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO, GERSON CHAGAS** e **IONILSON SAMPAIO DE SOUZA**, para viajarem com destino a cidade de Rio Branco-AC, com a finalidade de participarem da VI Reunião Ordinária da Diretoria Executiva do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas, nos dias 15 e 16.04.2012, a serviço desta Assembleia Legislativa Estadual.

Palácio Antônio Martins, 13 de abril de 2012

Deputada FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
Presidenta em Exercício
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
RESOLUÇÃO Nº 147/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o afastamento do servidor **FRANCISCO FERNANDES DE OLIVEIRA, Superintendente Geral**, para viajar com destino a cidade de Porto Alegre-RS, com a finalidade de participar do **1º Congresso Nacional de Direito Eleitoral**, no período de 17.04 a 21.04.2012, a serviço desta Casa Legislativa.

Palácio Antônio Martins, 13 de abril de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA
ATA DA 2096ª SESSÃO, EM 13 DE MARÇO DE 2012.
43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
=ORDINÁRIA=
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.
(Em exercício)

Às nove horas do dia treze de março de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima nonagésima sexta Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

 O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

 O Senhor Segundo Secretário (**Coronel Chagas**) - Lida a Ata.

 O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

 O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

.Memorando nº 065/12, de 01/03/12, do Deputado Jalser Renier, justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 29/02/12.

.Memorando nº 012/12, de 07/03/12, do Deputado Remídio Monai Montessi, justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 07/03/12.

.Ofício nº 002/12, de 07/03/12, da Comissão de Defesa do Consumidor, requerendo a vinda do Gerente da ANATEL em Roraima, para que o referido Gerente explique as atividades daquele Órgão, em relação à expansão dos serviços de telefonia e internet em Roraima.

.Memorando nº 013/12, de 08/03/12, do Deputado Remídio Monai Montessi, justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 08/03/12.

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

Mensagem Governamental nº 009, de 08/03/12, submetendo à apreciação, Projeto de Lei que prorroga o prazo de duração da Secretaria de Estado Extraordinária da Promoção Humana e Desenvolvimento – SEPHD, atendendo ao disposto no art. 2º, §1º, da Lei nº 499, de 19/07/2005.

EXTERNOS:

.Ofício Convite Circular nº 08/2012-DC, de 27/02/12, da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, convidando para participar da Audiência Pública para discutir os problemas apresentados pela população no serviço de telefonia móvel e fixo no Estado do Amazonas, a realizar no dia 27/03/12.

Ofício nº 020/12, de 28/02/12, da Comissão de Gestão e Serviços Públicos, convidando para participar da Audiência Pública que terá por objetivo aferir as melhorias sobre os serviços de telefonia no Estado do Amazonas, conforme compromissos assumidos pelas concessionárias de telefonia fixa e móvel na audiência do dia 11/10/2011.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Coronel Chagas**) – Procedida a chamada.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Hoje ocupo a Tribuna para falar de algumas competências exclusivas do Poder Legislativo. O artigo 33da Constituição do Estado reza o seguinte: É de competência exclusiva da Assembleia Legislativa; artigo 15º, aprovar com maioria dos seus membros proposta de empréstimo externo e autorização de empréstimo externo para o Poder Executivo. Quando o Governo do Estado vai solicitar qualquer empréstimo dentro do País, em qualquer instituição dentro da Nação brasileira ou no exterior, o Poder Legislativo necessariamente tem que autorizar. Por que o Poder Legislativo tem que autorizar? Porque depois os recursos do tesouro estadual cobrirão as despesas de pagamento das parcelas desses empréstimos. Surgiu, então, uma dúvida, Senhoras e Senhores Deputados, se para o Governo contrair qualquer empréstimo a Assembleia Legislativa tem que por maioria absoluta dos seus membros, aprovar por que os recursos que estão nas instituições públicas como a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, pertencentes ao IPER, cento e oitenta milhões, foram retirados dessas instituições, correspondendo a aproximadamente 10% do orçamento anual do Estado, sem nenhuma participação do Poder Legislativo? Nós soubemos disso através da imprensa e não tivemos nenhuma participação. Então, estou apresentando ao Poder Legislativo um Projeto de Emenda à Constituição, uma PEC que tenta acrescentar aos dispositivos que tratam da matéria algo que julgamos importante para que, isso ocorrendo, a partir da aprovação e promulgação dessa PEC, a Assembleia Legislativa possa, efetivamente, enquanto representante da sociedade, participar desse processo de transferência. Continuando, no seu artigo 33, inciso XV, a Constituição Estadual diz: aprovar por maioria absoluta dos seus membros a proposta de empréstimo interno e a autorização para empréstimo externo. E, acrescento que essa proposta ou aplicação de recursos financeiros de autarquias possam causar riscos ao patrimônio do Poder Executivo ou de instituições como, no caso, o IPER, porque se por acaso o risco ocorrer, com certeza quem vai cobrir esses danos é o tesouro com os tributos extraídos do conjunto da sociedade. Também faço aqui um acréscimo ao inciso XVII, que dispõe sobre limites globais e condições de créditos externos, interno do Estado, dos Municípios, das autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público que, eu, em aplicações financeiras, possam gerar risco para o capital da entidade. O que nós estamos querendo com isso é somente dar maior segurança ao remanejamento desses recursos, dar maior transparência, maior conhecimento das instituições ou dos fundos que irão receber esses recursos, no caso, os recursos do IPER. Só acrescento ao inciso XXIX, fiscalizar os atos do Poder Executivo, inclusive, acrescento eu a Constituição que possam causar danos ao patrimônio das entidades da administração direta. A essência desse Projeto de Emenda Constitucional é exatamente essa, chamar o Poder

Legislativo para participar de qualquer remanejamento futuro do nosso Instituto de Previdência do Estado de Roraima que guarda hoje, sob seu controle, algo em torno de novecentos milhões de reais que, com certeza, garantirá a tranquilidade, a aposentadoria segura e a felicidade dos servidores que estão na ativa quer seja do Poder Legislativo, do Ministério Público, do Tribunal de Contas ou do Tribunal de Justiça, portanto, dos servidores efetivos dessas instituições.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Eu quero louvar a iniciativa de Vossa Excelência, e lamentar porque, infelizmente, não dá para acreditar no Governo, pois ele disse no ano passado que não iria mexer nesse recurso. Então, era para termos acendido uma luz amarela. E, naquela oportunidade, deveríamos ter apresentado essa Emenda Constitucional para que, aí sim, se a Assembleia autorizasse, tudo bem. Mas, acreditamos na palavra do Governo, porém, logo após as eleições, eles fizeram essa operação que espero que não cause prejuízo ao Instituto de Previdência e a seus assegurados. Essa é uma situação que precisa ser analisada com muito cuidado, posto que a Assembleia Legislativa ficou a margem disso. Não terá efeito retroativo, Deputado, mas pelo menos, de agora por diante, já vai existir esse disciplinamento. Por tanto, parabéns e tenho certeza que esta Casa irá endossar e corroborar com a emenda de Vossa Excelência.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Obrigado, Deputado Ionilson Sampaio. Quero pedir que cada Deputado analise essa PEC com cuidado, com carinho. Nós não vamos estar aqui para sempre, amanhã muitos de nós não seremos mais Deputados, estaremos exercendo outras atividades e outras pessoas estarão ocupando este parlamento. É importante que os servidores públicos de Roraima estejam seguros do patrimônio que pertence a eles e não ao Governo do Estado, nem tão pouco a atual diretoria do IPER que amanhã pode mudar. Esse patrimônio pertence a todos os servidores do Estado de Roraima e irá garantir a aposentadoria deles e um futuro melhor. Espero que o Poder Legislativo aprove essa PEC, porque ela não é do Flamarion, mas sim do Poder Legislativo, visando o conjunto dos trabalhadores da administração pública estadual. Muito obrigado

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Quero reafirmar a solicitação da criação de uma comissão de parlamentares para acompanhar e pedir apoio aos nossos Senadores quanto a votação da reforma do FPE e do FPM. A situação das nossas prefeituras, e aqui incluo a da capital, é de penúria, não é de precariedade. As receitas das prefeituras do Estado de Roraima caíram de forma acentuada e precisamos rever essa situação, porque faltam recursos até para a limpeza pública nos Municípios do interior de Roraima.

O Deputado Mecias que veio do interior, tem acompanhado que estão faltando recursos até para pagar a folha de pessoal das prefeituras do interior do nosso Estado. Sem nenhuma exceção, da capital ao Uiramutã, a situação é de precariedade e, agora, já está na pauta do Congresso Nacional, especificamente do Senado Federal, a votação que vai regulamentar o FPE e FPM. Nós temos 03 Senadores que dão apoio e sustentabilidade ao governo atual da Presidente Dilma. É importante que essa lei saia redonda do Senado para que, na Câmara dos Deputados, articulamos a nossa bancada, para tirarmos os municípios do Estado da penúria em que se encontram. Não é admissível que um município do Rio de Janeiro, com 5 mil habitantes, como apresentei aqui, através de um trabalho de pesquisa que fiz, receba o dobro do que recebe um município de Roraima que tem mais de 10 mil habitantes. Mais ainda, que um município de São Paulo, com 77 quilômetros quadrados, com 15 mil habitantes, receba o dobro do que recebe o município, por exemplo, de Caracará, com a mesma parcela de habitantes e com o tamanho do Estado de Sergipe. Então, Deputada Angela, a Senhora que é professora sabe e tem visão, também como mãe, das dificuldades pelas quais passam as nossas famílias, os nossos alunos, e que é através da gestão pública municipal que podemos dar uma qualidade melhor de ensino e de vida para quem vive no nosso interior. Aqui na capital não é diferente, a situação do município é extremamente precária, a prefeitura está passando por uma crise sem precedentes, porque a arrecadação, nos últimos três anos, vem diminuindo. Então, esse é um apelo que eu faço a Presidência, pois essa comissão tem que ser criada. Eu indiquei três ilustres parlamentares que têm ligações e intimidade com os nossos Senadores, o Deputado Flamarion, esposo da Senadora Ângela Portela, o Deputado Mecias, amigo pessoal do Senador Mozarildo, e o Deputado Rodrigo Jucá, filho do Senador Romero Jucá.

Está na pauta também a PEC dos servidores dos ex-territórios federais. Há uma emenda para acompanhar a PEC do Estado de Rondônia e não tem como o Congresso Nacional não votar essa PEC que é igual

a de Rondônia, porque senão vai ficar uma disparidade, como aprovamos uma PEC que corrigiu uma distorção e não tivemos aqui essa força. O que aconteceu com Rondônia? Todos os funcionários públicos, até 05 anos após a transformação do território em Estado, foram absorvidos pela União. O que nós estamos propondo? Que todos os funcionários públicos do nosso Estado também sejam absorvidos como foram os de Rondônia, pois o direito de um, é direito de todos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus – Deputado Joaquim, Vossa Excelência mais uma vez traz a esta Casa um assunto importante. De fato a situação dos municípios do nosso Estado, começando por Boa Vista, e todos os demais municípios é de penúria devido à queda do FPM. E, Vossa Excelência, mais do que ninguém, conhece esse assunto. Acredito que o Presidente Chico Guerra deverá designar uma comissão, da qual, qualquer Deputado desta Casa poderá participar, e Vossa Excelência não pode deixar de fazer parte dela porque, no meu entendimento, o Senhor é Deputado que mais entende e que conhece sobre esse assunto por ter sido prefeito de Iracema, e por estar vivendo isso. Esta é a segunda vez que Vossa Excelência usa a Tribuna desta Casa e com muita clareza faz aqui, explicações para todos nós a respeito desse assunto. Boa Vista, e todos os demais municípios do Estado, agradece muito a Vossa Excelência pelo seu estudo. E, e eu estou pronto, como todos os demais Deputados para, se designados pelo Presidente Chico Guerra, irmos a Brasília conversar com os Senadores do nosso Estado, com os Deputados Federais e com todos aqueles que estudam no momento essa questão dos municípios do Estado de Roraima que é urgente, principalmente, para Roraima. Portanto, creio que Vossa Excelência é indispensável nesta Comissão.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Parabéns a Vossa Excelência pelo seu pronunciamento. Esse assunto, meu caro Deputado, já está sendo discutido no âmbito da UNALE com todos os Poderes Legislativos dos outros Estados também, porque isso está afetando quase todas as prefeituras do Brasil, senão todas. Nós tivemos uma reunião em Natal, no ano passado, e o assunto foi exatamente a quebra do Pacto Federativo, dessa ânsia sem fim do Governo Federal de arrecadar os recursos dos impostos e querer ficar com 90%, obrigando os prefeitos e governadores a ficarem de pires na mão pedido do governo federal para que ele os ajude. Já está sendo discutido em nível de UNALE, com todos os poderes legislativos do país inteiro, essa questão do Pacto Federativo. É preciso realmente que o Congresso Nacional se mexa, pois isso tomou uma dimensão tamanha. E, é importantíssimo este Poder acompanhar de perto, dar suas sugestões para os nossos representantes lá em Brasília, visando colaborar para que essa situação seja modificada. Obrigado e parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. - Deputado Ionilson, se nós não apresentarmos uma proposta como está sendo colocado pelo Deputado Mecias e por mim, não vamos resolver os problemas dos municípios do interior. Nós administramos municípios aqui com 15, 16 mil quilômetros quadrados, e somos obrigado a fazer saúde pública, a dar educação de boa qualidade, dar atendimento de infraestrutura à vilas onde só se vai de barco e de avião. Vejam bem, se nós não mudarmos a forma como se faz a receita e a distribuição do FPM, não vamos resolver os problemas dos nossos municípios. Podemos pegar como exemplo, Rorainópolis, Caracará e Uiramutã, porque são os que mais sofrem com essa situação, são os que tem vilas mais distantes e que são municípios de um tamanho imenso. Caracará, por exemplo, é maior que o Estado de Sergipe que tem 157 municípios. Então, como é que eu vou administrá-lo com metade dos recursos que são destinados à Água de Lindoia em São Paulo, que tem a mesma população que Caracará e 77 quilômetros quadrados. Como vou administrar um município com 15 mil quilômetros quadrados? É uma disparidade que tem que ser revista. Esse é um dos parâmetros que vamos ter que discutir com a área técnica do Senado Federal. O problema de Boa Vista se diferencia pelo maciço investimento público federal que fez com que a renda per capita subisse, e caísse a transferência de FPM. Esse é um ponto que vai ajudar, pois já há uma emenda, inclusive nessa PEC, para resolver essa situação, mas que não vai resolver muito a situação dos municípios do interior de Roraima. Esse era o ponto que eu queria colocar aqui, para pedir que o Presidente crie a comissão.

O Segundo ponto, Deputados, e novamente eu venho colocar o problema aqui, é a criação do curso de medicina na nossa Universidade Estadual. Prestem bem atenção Senhores, os Estados estão se movimentando, o Ministro Mercadante, semana passada, fez uma palestra na USP sobre o problema dos cursos de medicina no Brasil. E, vejam bem, vou destacar alguns tópicos aqui que foram colocados e que a equipe técnica do Ministério da Educação já trabalha a nível de

Brasil. Nós temos, para cada mil habitantes, essa é a média do Brasil, 1,8 médicos. A média dos Estados Unidos, não falando de desenvolvimento de país rico ou pobre, mas em termos populacional e de tamanho, está em 2,5 médicos para cada mil habitantes. A média de Roraima é de 1,15 médicos para cada mil habitantes. Se o Brasil está preocupado em chegar a 2050 com 2,5 médicos para cada mil habitantes, imagine Roraima para chegar nessa proporção, Deputado Mecias. Quando eu falo aqui em criar o curso de medicina, e venho batendo muito nessa tecla, até já fiz indicação e um Projeto está em andamento aqui, nesta Casa, solicitando a criação do curso de medicina na Universidade Estadual e o fim de alguns cursos que não se justificam, como, por exemplo, o curso de administração, o curso de comércio exterior, que nem na universidade do Amazonas existe. Se acabarmos com uns cinco cursos, vamos poder criar o curso de medicina. Mas prestem atenção no que diz o Ministro: O Governo Federal vai apoiar, com recursos, as universidades particulares e estaduais, priorizando as Estaduais, para que se amplie as vagas para o curso de medicina, principalmente na região amazônica. Manaus já está se movimentando. A nossa Universidade Federal vai ampliar as vagas, mas isso não resolve o problema, posto que ela está de costas para os alunos do nosso Estado. Entretanto, é uma das poucas, na região Amazônica, que aceitou o Enem como critério de ingresso no curso de Medicina. Por que abrem para filosofia, para sociologia e deixam o curso de medicina de fora do Enem, para beneficiar os nossos alunos? Contudo, há alguns Arautos que dizem, que temos que participar do ENEM. Eu não sou contra o Enem, mas vamos concorrer com os alunos de São Paulo? Não que eles sejam melhores que os nossos alunos, mas enquanto aqui 100 ou 200 alunos vão tentar o Enem para o curso de medicina, vão concorrer com trinta mil alunos do Estado de São Paulo, e nós nunca vamos reverter essa situação. Então, ao se criar o curso de medicina aqui, os alunos serão beneficiados, Senhores Deputados, o Ministro da Educação, que foi Ministro da Ciência e Tecnologia, está entrando em contato com o Ministro do desenvolvimento, Fernando Pimentel, para que descontingencie parte do recurso da Suframa, que, através de instrução normativa existe para ser aplicado nas áreas de ciência e tecnologia na Amazônia. Logo, há recursos específicos para as nossas Universidades, descontingenciado da Suframa, o que iria ajudar a implantar os nossos laboratórios, mas pessoas ligadas ao Governo dizem que criar um curso de medicina no âmbito estadual, Deputada Ângela, vai criar despesa para o Estado. Uma pessoa como essa tem que ser pressa imediatamente, porque quando se investe em educação não se faz despesa. Nós estamos investindo no nosso intelecto, nas futuras gerações. Nós não temos médicos no interior do Estado. Eu fui processado porque trouxe médicos cubanos para atenderem todos os Municípios do interior. Assinei, mas quando foram fiscalizar, mandaram uma relação e eu não sabia o que era. Então, disse que não conhecia as pessoas, mas eu tinha assinado para eles trabalharem no Município de Iracema, entretanto estavam servindo outros municípios, porque não tínhamos médicos, e entre fazer um ato ilegal e salvar vidas, eu prefiro ficar no meio ilegal. E agora, o que acontece? O Governo Federal quer priorizar a Amazônia para inverter esse quadro de falta de médicos em nossa região. E qual é a proposta que coloco aqui? Que criem o curso de medicina, que 50% das vagas do curso de medicina da Universidade Estadual sejam destinadas aos alunos da rede pública estadual e aos dos municípios do interior de Roraima. Não estou inventando a roda por que não fazemos como a Universidade do Estado do Amazonas que ofertou 50% das vagas para o interior da Amazônia? E por que não aproveitarmos agora que o Governo Federal começa a disponibilizar recursos da SUFRAMA para que se aplique na formação e estruturação do curso de medicina. Mas há quem diga que o governo não tem estrutura. Quanto o Governo do Estado gasta para manter o curso de medicina da Universidade Federal? A Universidade Federal não tem hospital, não tem posto de saúde, maternidade como têm os outros Estados, quem banca parte do curso de medicina da Universidade Federal é a estrutura do Governo do Estado. Então, por que não fazer a nossa faculdade? Por que não transformar o Hospital Geral em Hospital Universitário? Um Hospital Universitário recebe três vezes mais recursos do que o SUS, fora a qualidade de ensino que podemos dar aos nossos residentes, enfermeiros. Existe faculdade particular, faculdade estadual ofertando o curso de enfermagem, mas a qualidade do curso não é boa. Com a instalação de um Hospital Universitário em Roraima, advindo dos recursos da SUFRAMA, poderemos melhorar os nossos laboratórios e, vamos ter uma medicina de capacitação, de qualidade nos nossos municípios. E, aquele funcionário público, aquele pequeno empresário que mora no interior

de Roraima não precisará dizer que é um sonho, uma ilusão ter um filho formado em medicina, pois agora poderá dizer que seu filho amanhã será um médico que servirá a população do seu município. O que falta para que essa realidade ocorra é o governo investir num dos setores mais estratégicos do Estado que é a saúde, para que em 2050, de acordo com o projeto do Governo Federal, possamos alcançar o mínimo de 2,5% médicos por cada mil habitantes. Faço um apelo, com carinho, a Vossa Excelência que preside o Poder Legislativo, que interfira junto ao Executivo para que não deixe o bonde passar, nos deixando de fora da história. Vamos mudar a história, em conjunto com o Governo Federal, criando nosso curso de medicina na nossa Universidade Estadual. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Não havendo mais nenhum Orador inscrito, passamos para a Ordem do Dia. discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 001/12, que “dispõe sobre a revisão dos vencimentos e proventos dos servidores públicos, ativos e inativos, do poder judiciário do Estado de Roraima, para o ano de 2012, e dá outras providências”, de autoria do Tribunal de Justiça; do Projeto de Resolução Legislativa nº 001/12, que “altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, aprovado pela Resolução Legislativa nº 011/92, de 30 de junho de 1992, cria a procuradoria especial da mulher, e dá outras providências”, de autoria da Mesa Diretora; em turno único, do Projeto de Lei nº 006/12, que “dispõe sobre a Revisão Geral Anual dos Vencimentos e Proventos dos Servidores Públicos do Tribunal de Contas do Estado, e dá outras providências”, de autoria do Tribunal de Contas; do Projeto de Decreto Legislativo nº 024/05, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima a Mário José de Sousa Ribeiro, e dá outras providências”, de autoria do então Deputado Raul Lima; do Projeto de Decreto Legislativo nº 012/11 que “Concede a Comenda Orgulho de Roraima à Associação dos Policiais Cíveis do Estado de Roraima – ASSEPOC, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Soldado Sampaio; do Projeto de Decreto Legislativo nº 016/11, que “Concede o Título de Cidadã Benemérita à Senhora Maria da Penha Maia”, de autoria da Deputada Ângela Âguda Portella; do Projeto de Decreto Legislativo nº 018/11, que “Concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria dos Deputados Sargento Damosiel, Coronel Chagas e Soldado Sampaio; do Projeto de Decreto Legislativo nº 019/11, que “Concede a Comenda Orgulho de Roraima a Polícia Militar do Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria dos Deputados Sargento Damosiel, Coronel Chagas e Soldado Sampaio; do Projeto de Decreto Legislativo nº 026/11, que “Concede a Comenda Orgulho de Roraima à Senhora Shéridan de Anchieta”, de autoria do Deputado Jean Frank; do Projeto de Decreto Legislativo nº 027/11, que “Concede a Comenda Orgulho de Roraima à Senhora Francisca Cristina Rocha de Alencar e ao Senhor José Aires de Alencar”, de autoria do Deputado Jean Frank; do Projeto de Decreto Legislativo nº 029/11, que “Concede a Comenda Orgulho de Roraima aos Senhores Antonio Selenieudo Vieira, Hélio Cavalcante Barbalho, Luiz Coelho de Brito, Idazio Chagas Batista, José Saraiva de Araujo Júnior, Antonio Adberto Rezende Veras, Francisco Doan Rabelo do Nascimento, Antonia da Silva Pereira, Francisco Olivaldo Barbosa da Silva, João Derli dos Santos Peres, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Brito Bezerra; do Projeto de Decreto Legislativo nº 002/12, que “Concede a Comenda Orgulho de Roraima às Mulheres de destaque por suas atuações”, de autoria da Mesa Diretora; do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/12, que “Concede o Título de Cidadã Benemérita do Estado de Roraima às Senhoras Rosa de Almeida Rodrigues e Zenilda Maria Portella, e dá outras providências”, de autoria da Mesa Diretora, e da Proposta de Moção de Pesar nº 005/12, pelo falecimento do Senhor Jerônimo Cabral de Macedo.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final possa analisar e emitir parecer ao Projeto de Resolução Legislativa nº 001/12; aos Projetos de Decreto legislativo nº 002, 003 e a Moção de Pesar 005/2012, bem como para as Comissões Conjuntas analisarem e emitirem parecer ao Projeto de Lei nº 006/2012.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, na penúltima sessão, na quarta-feira, foi aprovado um Requerimento convocando o Presidente do IPER para a Sessão de hoje, o qual ficou definido pelo Plenário. E, eu gostaria de saber de Vossa Excelência, pois soube, extraoficialmente, que foi adiado, se já há uma nova data marcada para recebermos o Presidente do IPER do CEP e também, se o Presidente do CEP, que é um órgão independente, também solicitou a esta Casa o adiamento da convocação?

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) informo ao Deputado que foi recebido um ofício do Presidente do IPER solicitando que fosse transferido para o dia 20 do corrente, pois ele está tendo uma auditoria da Receita Federal naquele órgão. E, que no dia 20 já estaria, inclusive, com o relatório dessa auditoria. Quanto ao Presidente do CEP, ela não enviou ofício a esta Casa, o ofício foi enviado pelo Presidente do IPER solicitando que fosse marcado para o dia 20 de março.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Resolução Legislativa nº 001/12, e do Parecer das Comissões.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) - Lido o Projeto e o Parecer.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-la. Em Votação.

Solicito a abertura do painel para a votação.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Em votação.

Dou por aprovado o Projeto.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a leitura do Projeto de Lei nº 006/12, e do Parecer das Comissões.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) - Lido o Projeto e o Parecer.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-la. Em Votação.

Solicito a abertura do painel para a votação.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Em votação.

Dou por aprovado o Projeto.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Conforme acordo com a Mesa Diretora e os Parlamentares, os Projetos de Decretos Legislativos nº 024/05, 012, 016, 018, 019, 026, 027 e 029/11 e 002/12, serão votados globalmente. A votação será simbólica. Os Deputados que concordam permaneçam como estão. Dou por aprovado os Projetos de Decreto Legislativo.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/12, bem como o Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 003/12 e o Parecer da Comissão.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Coloco em discussão.

O Senhor Deputado Chico Guerra – Tenho a honra de presidir a Sessão onde iremos votar a comenda que será dada a Deputada Rosa Rodrigues que, junto comigo e o Deputado Célio, foi Deputada Constituinte e muito atuante na criação dos Municípios, principalmente do Município do Amajari. Então, fica aqui o reconhecimento do Poder Legislativo à Deputada Rosa e, também, a Deputada Zenilda Portella que também foi Deputada nesta Casa por dois mandatos. Nós viemos do mesmo Município, de Caracará, e já estava nesta Casa quando a Deputada aqui chegou e fez um brilhante trabalho. Depois veio o Deputado Tião Portella, seu esposo, e agora a Deputada Ângela, sua filha. Quer dizer, é um trabalho que ela começou lá atrás que ainda rende frutos até hoje. Então, gostaria de cumprimentar as duas Deputadas e dizer que toda homenagem feita pelo Poder Legislativo a elas é pouco, devido o que representam para este Poder.

Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-lo, passamos para a votação. A votação será eletrônica e nominal. Solicito ao Técnico a abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira pede Questão de Ordem – Senhora Presidente, requeiro a Vossa Excelência a prorrogação da Sessão pelo prazo necessário para conclusão dos trabalhos.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Está prorrogada a Sessão pelo tempo necessário para a conclusão dos trabalhos, de acordo com o Regimento Interno desta Casa. Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 003/12.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Moção de Pesar nº 005/12, bem como do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Lida a Moção e o parecer.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Coloco em discussão a Moção de Pesar nº 005/12.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – É sempre um momento triste aprovarmos uma Moção de Pesar nesta Casa, mas

resolvemos fazer essa Proposição pela maneira simples que o Senho Jerônimo viveu. Acredito que quase todo roraimense, senão todos, o conheceu. Muita gente o chamava de “Quarto de Bode”. Era difícil uma pessoa se deslocar daqui para a Venezuela, ou para o interior do Estado, pela BR-174, sentido Norte, e não parar no estabelecimento dele. Ele era um homem simples, humilde, que atendia a todos muito bem, risonho, enfim, um homem que criou sua família com dificuldades, mas com dignidade. Conheço todos os seus filhos, os quais, de uma maneira ou de outra, estão trabalhando no serviço público. Então, acho que a Assembleia faz uma justa homenagem a um filho de Roraima, que dentro de sua simplicidade foi um exemplo de vida. Em função disso foi que nós fizemos essa proposição de Moção de Pesar pelo seu falecimento. Confesso a vocês que fiquei muito triste, pois sempre que eu viajava, passava por lá, entretanto, há um mês mais ou menos não o via, pois ele já estava doente. Comecei a perguntar por ele e as pessoas me respondiam que estava doente. Mas, a providência divina tomou conta dele. Então, que Deus o tenha. Obrigado.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Em votação. A Votação será simbólica. Os Deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – A Resolução nº 002/12, cria a Comissão Especial Externa para no período de 19 a 23 do corrente, deslocar-se à cidade de Brasília-DF, com o objetivo de levar sugestões à Bancada Federal do Estado no Congresso Nacional, relativos à redistribuição dos recursos do FPM para os Municípios do interior do Estado, bem como para a PEC que trata dos servidores dos ex-Território, constituída pelos seguintes parlamentares: Deputado Flamarion Portela, Deputado Joaquim Ruiz, Deputado Mecias de Jesus e Deputado Rodrigo Jucá.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 005/12, requerendo a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica e Combustível, de autoria do Deputado Brito Bezerra.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Lido o Requerimento.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, há dois Projetos de Lei da Câmara Federal, de autoria do Deputado César Ralum. Um dispõe sobre a extinção da reserva global de reversão e dá conta do desenvolvimento energético; e o outro dispõe sobre o regime de cálculo das contribuições sociais PIS, PASEP e COFINS, relativas às receitas decorrentes da prestação de serviço de energia elétrica. Existe uma Frente Parlamentar que foi criada no Congresso Nacional e que deseja discutir com os Estados, Deputado Chicão, a possibilidade de fortalecer essa frente e, nesse intuito, fui procurado pelo Deputado Federal Raul Lima, do PSD de Roraima. Entraram em contato comigo o Deputado Izauai, do PR do Distrito Federal, o Deputado Severino do PSB de Pernambuco, do Deputado Chico Lopes, do PC do B do Ceará, do Deputado Alberto Filho, do PMDB do Maranhão, do Deputado Vilalba, do PRP de Pernambuco. Eles vão vir ao Estado do Amazonas, onde foi criada uma frente Parlamentar e, com essa mesma proposição, estou pedindo a Vossas Excelências que possamos também criá-la para debatermos junto com esses Deputados e com as instituições que fornecem energia ao nosso Estado, a possibilidade de juntos conseguirmos diminuir o preço da energia elétrica e dos combustíveis para os consumidores roraimenses. Peço, então, ao Senhor Presidente e as Senhoras e Senhores Deputados que votem sim pela criação da Frente Parlamentar. Os Deputados que queiram participar me passem o nome e vamos juntos realizar esse trabalho e compô-la.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Gostaria de parabenizar a proposição do Deputado Brito, pois tenho certeza que essa Comissão será muito bem-vinda nesta Casa. Essa questão das contas de energia elétrica, bem como do preço dos combustíveis e da telefonia, é um problema sério. Se nós procurarmos hoje, os DECONS, os PROCONS dos Estados, veremos que a imensa maioria das reclamações dos consumidores é em relação às empresas de telefonia e as concessionárias de energia elétrica. Esse é um problema que tem se alastrado no país inteiro. Talvez, por isso, que a Câmara Federal criou essa Comissão para discutir essa questão das contas de energia elétrica, cuja fiscalização, acredito que é mais fácil, Deputado Brito. Agora, nas contas da telefonia é um terror, porque quase ninguém consegue controlar esse negócio e o sistema de fiscalização e de acompanhamento da própria ANEL e da ANATEL me parece que é falho em relação a isso. Mas, já é um avanço, discutirmos esse problema. O Deputado César Ralum foi,

inclusive, Presidente da UNALE. Nós o conhecemos e sabemos da seriedade com que ele trabalha. Já tivemos aqui, em Roraima, a discussão desse problema das contas de energia elétrica o ano passado, se não me engano, junto com o Deputado Eduardo da Fonte e o Deputado Édio, já como Parlamentar Federal, e essa coisa não avança. Então, acho que com os Estados se mobilizando e criando suas Comissões, poderemos verificar qual é o problema e porque se paga tão alto por essas contas de telefone. Enfim, parabéns a Vossa Excelência e afirmo que quero participar dessa Comissão em defesa dos consumidores e em favor da redução dos valores das contas. Obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhora Presidente, estivemos nesta reunião juntamente com o Deputado Brito e do Deputado Raul Lima e queremos nos colocar à disposição dessa Frente Parlamentar, e também colocar a Comissão de Defesa do Consumidor à disposição dela, para que possamos realmente discutir e encontrar o real motivo do aumento no valor da energia, tanto para os nossos consumidores da capital, quanto do interior. Temos um requerimento solicitando audiência pública para discutirmos essa questão, bem como, a questão do “Luz para todos” que está diretamente vinculado a ela. Nós sabemos o quanto existe de abuso por parte das concessionárias de energia para com o consumidor. Então, quero me somar ao Deputado Brito enquanto parlamentar e, ao mesmo tempo colocar a Comissão de defesa do consumidor à disposição dessa Frente que tem a intenção de baratear ou reduzir o custo da energia para os roraimenses. Obrigado.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhora Presidente, quero apenas afirmar que a eficácia da Lei depende de sua aplicação. Nós temos um Código de Defesa do Consumidor, uma Lei Federal, e para ele valer tem que haver fiscalização. Foi com esse objetivo que esta Casa aprovou uma PEC e também uma Resolução administrativa criando o PROCON nos moldes dos que existem nos outros Estados. Tenho certeza que com esse órgão que deve ser implantado por Vossa Excelência e pela Mesa Diretora nas próximas semanas, juntando esforços com a Comissão de Defesa do Consumidor e também com esta Comissão que se propõe criá-lo agora, nós vamos ter condições de dar suporte a parte mais fraca que é o cidadão. Então, acredito que é mais uma frente de trabalho que vem para se somar em defesa do cidadão. Por isso, meus votos e palavras de elogio ao Deputado Brito, dizendo-lhe que vamos nos somar também a esta Frente. Obrigado.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – Esse nosso Brasil é um gigante pela própria natureza. No Estado do Tocantins encontramos a energia mais cara do Brasil, e a terceira energia mais cara do Brasil é a de Roraima. Veja a diversidade de valores. A energia do Brasil é uma das mais caras do mundo, onde temos energias renováveis e de qualidade. É inquestionável a forma como ela é cobrada hoje pelos distribuidores e fornecedores de energia. Em meu primeiro mandato aqui, quantas vezes usei a tribuna trazendo o comparativo dos absurdos que se fazia no Estado de Roraima, mas minha voz nunca encontrou eco. Portanto, gostaria de cumprimentar Vossa Excelência por essa iniciativa e dizer que gostaria de fazer parte dessa Comissão, pois acredito ser um absurdo a forma com que é cobrada e distribuída a energia em nosso Estado. Se você atrasa o pagamento, ninguém vai a sua casa perguntar porque você não pagou sua energia, eles vão lá e cortam, muitas vezes de forma irresponsável, alheios até aos seus sentimentos familiares. Então, para eles exigirem arrecadarem não há limite. Veja bem, Deputado Brito, hoje, em Roraima, nós temos a energia oriunda da Venezuela que custa cinco reais o megawatts e é repassada ao consumidor a sessenta e cinco reais. Para onde vai esse dinheiro? Não tem razão para essa cobrança? Quais os fins sociais e a responsabilidade social que essas empresas têm com o Estado de Roraima? Nenhuma. Então, queria cumprimentar Vossa Excelência e dizer que se Vossa Excelência me permitir, farei parte dessa Comissão também. Obrigado.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Não havendo mais quem queira discutir. Em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado. Passamos agora para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Presidente, quero cobrar da Mesa a resposta sobre o Requerimento aprovado convocando o Presidente do IPER, que já justificou seu não comparecimento no dia de hoje, solicitando a transferência para o dia 20 do seu comparecimento a esta Casa para fornecer as explicações necessárias aos Deputados aqui presentes. Neste mesmo requerimento foi convocado o Presidente do CEP – o Sr. Leocádio Vasconcelos, e gostaria de saber da Mesa Diretora se ele apresentou algum documento solicitando adiamento da sua convocação ou justificando seu não comparecimento à Sessão de hoje. E, caso não tenha apresentado

nenhuma justificativa, que a Mesa reitere o requerimento e marque uma nova data para seu comparecimento a esta Casa, a fim de dar todos os esclarecimentos necessários para os Deputados, haja vista que toda movimentação financeira feita por aquele órgão foi com o aval do Conselho, daí a necessidade de ouvi-lo. Inclusive, foi encaminhado um requerimento de nossa autoria solicitando algumas informações, até para nos subsidiar nos nossos questionamentos, ao Presidente do IPER e ao Presidente do CEP. Então, esse é o nosso pedido a Mesa. Ao mesmo tempo, Presidente, quero solicitar que Vossa Excelência defina a data da audiência pública que nós aprovamos nesta Casa para discutirmos o “Luz para Todos”, cujo convênio foi extinguido desde novembro, mas o parece que foi renovado. Eram nove mil famílias a serem beneficiadas até dezembro de 2011 e apenas três mil pessoas teriam sido beneficiadas por este convênio de R\$ 64 milhões onde a CER é a grande responsável por levar a energia. Então, seria muito importante para essas famílias, para o Estado e para a própria CER fazermos essa audiência e, por isso, estou cobrando de Vossa Excelência que seja marcada uma data, o quanto antes, para sua realização. Por último, quero solicitar a Vossa Excelência, bem como a Comissão de Constituição e Justiça, que agilizássemos a votação dos quatorze vetos que foram feitos no Estatuto dos Servidores Militares do nosso Estado, aprovado nesta Casa. O Governo apresentou quatorze vetos e onze referem-se ao texto original. Esses vetos já estão nesta Casa há alguns dias e, por isso, é importantíssimo agilizarmos a votação, pois a categoria está ansiosa para saber o posicionamento desta Casa quanto aos quatorze vetos, posto que se permanecerem, irão prejudicar os trabalhadores da Segurança Pública, especificamente dos policiais e Bombeiros. Portanto, peço que esta Casa seja coerente e derrube os vetos do Executivo. Obrigado.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) - Informo ao Deputado que o Requerimento do Presidente do IPER solicitando adiamento para seu comparecimento a esta Casa também solicita que a sabatina seja feita em caráter reservado, devido a algumas informações que não podem ser dadas em público, e também que para a pauta do dia já estão incluídos os vetos da PM.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Senhor Presidente, gostaria de usar o Expediente de Explicações Pessoais para parabenizar, na data de hoje, nosso amigo, o professor Altair, pela passagem do seu aniversário, desejando-lhe muitos anos de vida e muita fé em Deus. Ele é uma pessoa que tem me ensinado muito. É o chefe geral da Vice-Presidência e com seus ensinamentos religiosos tem orado sempre por nós. Foi também um dos primeiros Vereadores do Município de Boa Vista, um dos primeiros comunicadores. À época, seu programa era chamado de “ Mensageiro do Ar”, e tenho muito orgulho e honra de tê-lo como amigo. Que Deus o abençoe. Feliz aniversário a ele e muitos de vida pela frente, pois tem contribuído muito com este Estado e ainda pode contribuir muito mais. Obrigado.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – E, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão, convocando outra para amanhã, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Mecias de Jesus, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 14/03/12

ATA DA 2097ª SESSÃO, EM 14 DE MARÇO DE 2012.
43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA AURELINAS MEDEIROS.

(Em exercício)

Às nove horas do dia quatorze de março de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima nonagésima sexta Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o senhor deputado **Ionilson Sampaio** para atuar como Segundo Secretário *ad hoc*.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Ionilson Sampaio**) - Lida a Ata. O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permanecerão como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

REBIDO DOS DEPUTADOS:

.Proposta de Emenda à Constituição s/nº, de vários deputados, alterando e acrescentando dispositivos normativos à Constituição do Estado de Roraima.

EXTERNOS

Ofício Circular Externo/MDS/SNAS/DEFNAS/CGEOF/nº 55/2012, de 06/01/12, da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando a transferência de recursos ao Fundo Estadual de Assistência Social destinados ao custeio das ações e serviços socioassistenciais de caráter continuado.

.Ofício nº 104/12 de 09/03/12, do Gabinete da Presidência do PER, solicitando adiamento para o dia 20/03/12, da data de convocação para prestação de esclarecimentos, por parte do presidente daquela Instituição.

.Ofício nº 105/12 de 09/03/12, do Gabinete da Presidência do IPER, solicitando adiamento para o dia 20/03/12, da data de convocação para a prestação de esclarecimentos, por parte do presidente do Conselho Estadual de Previdência, Sr. Antonio Leocádio Vasconcelos Filho. CERR/PR nº 217/2012, de 08/03/12, da Companhia Energética de Roraima, informando que no dia 30/03/12, será realizada uma extensa programação em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

.Ofício nº 1153/2012/SS-4/PM/1, de 12/03/12, do Quartel do Comando Geral, apresentando o CEL QOCPM Dilmário Mesquita da Silva, para assumir a Coordenação da Casa Militar desta Casa Legislativa.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) -Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Procedida a chamada.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, servidores aqui presentes, policiais e bombeiros militares, trabalhadores da imprensa. A nossa fala no dia de hoje, não poderia ser diferente a não ser nos reportarmos ao estatuto dos servidores militares que foi aprovado por esta Casa recentemente. E, fomos surpreendidos pelos vetos feitos pelo executivo, pois dos 14 vetos, segundo nossa assessoria, 11 deles foram feitos em cima da redação original.

Deputado Flamarion, os servidores públicos militares do quadro estadual, bem como, os servidores públicos militares da União, cedidos ao Estado, sonham e lutam há anos e anos por esse estatuto tão importante para a categoria. Essa luta, Deputado Brito, se arrasta há mais de doze anos. Ao ingressar na Polícia Militar, em 19 de fevereiro de 2001, já havia colegas nossos ingressando na corporação com esse mesmo objetivo de ter essa legislação para garantir seus direitos. De lá para cá a categoria vem se mobilizando de todas as formas possíveis, através de assembleias, de panelaço, de passeatas, de outdoors, para chamar a atenção do executivo. E, foi feito um termo de compromisso assinado por várias autoridades, onde esta Casa foi o órgão interveniente para que no ano de 2009 fosse aprovada toda a legislação dos servidores militares, mas foi algo que não aconteceu, Deputado Ionilson. Apenas em 2011 quando a Primeira Dama, Shéridan, foi sensível, ouviu algumas policiais femininas que trabalham com ela e outras pessoas que procuraram, ela chamou para si a responsabilidade e, naquele momento, foi nomeada uma comissão, com o prazo de 60 dias, para elaborar o Estatuto e a Lei de Remuneração, comissão essa que teve o prazo foi ampliado em virtude do estado de calamidade ocorrido naquela época devido às enchentes no nosso Estado. Mas, em 120 dias elaborou-se uma proposta e nesta comissão, Deputado Joaquim, estavam policiais representados pelo comando da Polícia Militar, pelo Corpo de Bombeiros, havia membros do IPER participando dessa discussão, bem como, um Procurador do Estado com todo o seu conhecimento. Tal proposta veio para esta Casa e os Senhores lembram muito bem o nosso posicionamento. Durante o recesso foi convocada uma sessão extraordinária pela Mesa Diretora e, naquele momento, eu pedi que

fosse nomeada uma comissão para ampliar essa discussão, para ouvirmos a tropa e todos os segmentos para que, no prazo de 30, dias voltássemos com a discussão pronta, madura para votarmos o Estatuto. Contudo, o Governo do Estado alegando que gostaria de fazer concurso público para ingresso de novos policiais, queria urgência na votação daquela proposta. E, esta Casa, compromissada com o objetivo de atender os anseios dos policiais e bombeiros militares fez o maior esforço possível e foi nomeada uma comissão que eu fazia parte como sub-relator, o Deputado Coronel Chagas também como sub-relator, e o Deputado Sargento Damosiel. E, varamos a noite trabalhando para tentar aprontar essa proposta. No dia seguinte, ela foi votada, mas estava claro tanto para mim, como para os Deputados Damosiel e Chagas que é uma lei muito complexa, e que não haveria condições desta Casa votar em 24 horas uma proposta dessa envergadura. O resultado disso é que o Governo do Estado, o executivo está vetando a proposta e o artigo que ele mesmo mandou para esta Casa, apenas 3 vetos tem emenda legislativa, 2 da comissão e 1 de nossa autoria. É preocupante o posicionamento do governo, pois ele alega a questão previdenciária para fazer alguns vetos. Na carreira de servidor civil o servidor contribui 35anos para se aposentar. A constituição, na reforma previdenciária, reconheceu e garantiu que o servidor público militar deve contribuir 30 anos para sua aposentadoria. Está aí o diferencial, é consenso entre os tribunais de justiça do Brasil todo que a servidora se aposenta com cinco anos a menos, ou seja, o policial masculino se aposenta com 30 anos de contribuição e a policial feminino com 25 anos, em virtude da dupla jornada de trabalho. O servidor público militar especial, os policiais e os bombeiros que são servidores públicos militares dos Estados entram através de concurso público, e têm que ter um regime previdenciário diferenciado. Esse é o entendimento de algumas polícias, e algumas já caminham para isso. E, nesse contexto, Deputado Ionilson, o IPER instituto de Previdência, com o aval da PROGE, está colocando na mesma vala o regime de previdência do servidor civil e do militar, mas há uma diferença. O nosso compromisso aqui, é termos ciência disso, termos inclusive um regime de contribuição diferenciado para mais, porque o trabalho do Policial Militar e do Bombeiro Militar tem algumas ressalvas, Deputado Joaquim Ruiz, se eles perderem o dedo polegar, têm que ser reformados, porque estão inaptos para atividade policial, pois a maior ferramenta de trabalho do policial militar é a vida. Todos os senhores são profissionais de algum segmento, de alguma área. Nesta Casa, quando assumimos o mandato, fazemos um juramento de defender o Estado, a legislação e a democracia. Quando eu ingressei na Polícia Militar fiz um juramento, nesse juramento eu colocava a minha vida à disposição, pois o policial militar jura pela sua vida defender a vida alheia.

Nós não temos direito a greve, a FGTS, não temos uma carga horária estipulada em lei, por não termos hora para entrar e nem para sair do quartel, e isso faz com que o trabalho dos policiais militares seja diferente do trabalho de outras categorias. Somos diferentes de todos os segmentos, mas vamos ser tratados de maneira igual. Então, o que nós queremos pedir dos Senhores é apoio para que possamos derrubar esse veto.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz-Deputado Sampaio, acompanhei o trabalho desenvolvido pela comissão composta por Vossa Excelência, pelo Deputado Chagas e pelo Deputado Damosiel. Houve momentos em que saí do meu gabinete às 22 horas da noite, e vocês adentraram à noite indo até a madrugada para buscar um possível consenso que atendesse as reivindicações que Vossa Excelência colocou, que existem há décadas. Há toda uma proposta montada em cima desse projeto de apoio e de resolver o problema da polícia militar e do corpo de bombeiros. Esse projeto veio para esta Casa, como Vossa Excelência falou, de urgência urgentíssima, com a participação efetiva da Secretária Shéridan. O governo mandou o projeto para cá e nós o aprovamos, após as correções feitas, por unanimidade. A minha preocupação agora, como leigo nessa área da polícia militar e corpo de bombeiros, e vocês têm a experiência tanto na área técnica como na área da vivência do dia a dia, e podem nos orientar, e qual seria a melhor saída. Eu já sei, por exemplo, o que poderia ocorrer na área da previdência, pois o ponto crucial do projeto é área da previdência, porque está se tratando de desiguais e iguais. Não pode! A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros não podem ser tratado na previdência como é tratado o cidadão concursado do Estado, posto que o servidor público é diferenciado. Então, eu lhe pergunto qual seria a possibilidade de não se colocar para que votar, para essa mesma Comissão para buscar um entendimento e vir com um projeto que regulamenta a previdência, já que a Assembleia votou por

unanimidade o projeto e agora vêm com veto? Temos a obrigação, diante de um projeto com relação à previdência social, de assumirmos um compromisso com a polícia militar e com o corpo de bombeiros de votarmos por unanimidade também. Eu me proponho a votar se vier um projeto com alteração, Deputados Chagas, Sampaio e Damosiel, que regularmente esse problema da previdência da polícia militar e do corpo de bombeiros. Eu estou me dispondo a votar favorável. Agora, como houve um consenso e vocês trabalharam exaustivamente para resolver essa situação que vinha sendo empurrada por mais de 10 anos, sem encontrar uma solução para os policiais que merecidamente tinham que receber, é uma obrigação do parlamento junto a uma classe trabalhadora do nosso Estado, com relação às reformas da previdência, que estão sendo feitas, propormos algo mais moderno. Vocês sabem como está sendo desenvolvido em vários Estados. No Paraná, por exemplo, já entram com o processo agora em cima do que foi aprovado no Congresso Nacional recentemente. Então, quero apelar para que a Comissão retome esse processo, viabilize o entendimento com o executivo, para que nós possamos votar urgentemente esse projeto. E, tenho certeza que ele vai ser aprovado por unanimidade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Confesso a vocês que para mim, esse Veto ao Estatuto da Polícia Militar em alguns artigos é sui generi. Deputado Soldado Sampaio, segundo o pronunciamento de Vossa Excelência, foi vetado alguns artigos do texto original, ainda no ano passado, quando se criou aquela Comissão para trabalhar em cima do Estatuto que, segundo soube, era coordenado pela Primeira Dama do Estado. Nós questionamos a competência dela em trabalhar em cima desse Estatuto, mas tudo bem, pelo prestígio político e facilidade de interlocução com o Governador do Estado, ela estava lá ajudando, não sei de que maneira, pois o Veto Governamental só corrobora com o que dissemos naquela ocasião. Se o Governador vetou o texto original, ele está corroborando com o que dissemos, ou ela era incompetente, ou não conversa mais com o marido porque ele Vetou um trabalho que foi realizado pela Comissão que era pré-coordenado por ela. Fica esse questionamento. E, a sugestão do Deputado Joaquim pode ser interessante, de trabalharmos novamente e não mais coordenado por ela, porque a Primeira Dama já deu uma mostra de que foi condizente com aquilo que o governo não acha que seria possível atender dentro do Estatuto dos policiais militares. Confesso que fiquei surpreso porque o Governador não Vetou as alterações feitas pela Assembleia Legislativa ou pelos Parlamentares, e alterou somente aquilo que tinha sido trabalhado pela Primeira Dama. O veto dele só confirma aquilo que nós dissemos naquela ocasião, que ela não tinha competência para fazer esse trabalho.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua - Obrigado, Deputados Ionilson e Joaquim, pela contribuição. Diante dessa matéria polêmica, da questão previdenciária, nossa assessoria fez uma justificativa do porquê de derrubar os Vetos. Nós vamos entregar na mão de cada Deputado essa justificativa. Agora há pouco, conversei com o Presidente da CCJ, que é a Comissão que vai analisar o Veto, e solicitei a esta Comissão nomear um relator da classe policial dos militares e bombeiros para fazermos uma discussão envolvendo as entidades, o Comando da Corporação tanto da PM como dos Bombeiros, o IPER, para logo após colocarmos em votação em Plenário. Acho que seria o caminho, pois há a necessidade de termos uma legislação previdenciária própria para os militares, e com certeza temos direitos. Segundo a Constituição Federal e o próprio Estatuto, na proposta original que foi votada aqui, precisamos ter uma legislação para a remuneração dos policiais militares e bombeiros, diferenciada. Agora, para isso, precisamos de uma discussão, mas também, Deputado Brito, não podemos mais esperar 12 anos. O que nós queremos é uma Emenda que foi colocada, de nossa autoria, à proposta original, em que na lei de remuneração o Governo do Estado teria 180 dias para elaborar a proposta de remuneração encaminhada para esta Casa, que foi vetada, na qual solicitamos que fossem tratadas de maneira isonômica as políticas salariais entre os trabalhadores da segurança pública. Não estamos pedindo equiparação salarial entre a polícia civil, o DETRAN, a PM e os Bombeiros, a nossa intenção é que houvesse uma discussão política salarial de maneira igual a todos os trabalhadores da segurança. É inadmissível Deputado Erci, que trabalhadores da Segurança Pública cheguem ao topo da carreira, a exemplo do nosso Delegado, com oito anos, enquanto nós, os policiais militares e ose bombeiros, levamos 12 anos para ter uma legislação básica, para nos referenciar a busca dos nossos direitos. Temos um acordo de compromisso firmado com o Governo do Estado após o movimento,

que em 2009 seria feita essa legislação e, dois anos depois chegou o estatuto. Acredito que foi muito mais pela sensibilidade da Primeira Dama, com a intervenção de algumas colegas nossas que trabalham com ela, que conseguiu chamar para si a responsabilidade e criou uma Comissão Especial para cuidar do Estatuto. Essa é a nossa preocupação, Deputado Chagas. Vossa Excelência sabe muito bem que algumas questões previdenciárias têm que respeitar o costume. O militar tem direito adquirido desde a Guerra do Paraguai, e já havia o Regime Previdenciário diferente. Todos sabem que o policial quando falece em uma ocorrência, automaticamente ele é promovido pós-morte, sua família é recebe a pensão de acordo com a graduação do policial a um posto a mais. O Veto proíbe isso. Imaginem, o Soldado Laurence foi assassinado numa ocorrência no Município de Baliza, se hoje estivesse visto, ganharia R\$ 2.300,00, mas, após seu falecimento, a família recebeu um atestado de óbito, 500 reais a menos de auxílio alimentação, 300 reais a menos de risco de vida, ficando com o salário base de R\$ 1.500,00 reais, e o único consolo que a família teve foi que ele recebeu uma promoção a mais e saiu como cabo, aí aumentou 200,00 reais no salário. Agora, vamos tirar os 300 reais de risco de vida, 500 de auxílio alimentação, e até essa perspectiva de ter uma promoção a mais no pós-morte. É preocupante, daí a necessidade de tratarmos a questão de forma diferenciada. Temos também, Deputado Damosiel, o Sargento Camilo, lá em Entre Rios, sozinho fazendo o policiamento. Recentemente, ele teve que tirar a vida de um cidadão que estava tocando o terror naquele município, e o Sargento não tinha para quem recorrer, atendeu a ocorrência, e quando chegou lá, recebeu uma terçadada, se não fosse o capacete, teria ido a óbito. O Sargento Camilo tem 32 anos de polícia, hoje é segundo sargento, está na expectativa de ir para casa com uma promoção a mais, devido aos 29 anos e 06 meses, direito conquistado de serviço e contribuição. Ele pode querer na ativa ainda uma promoção a mais, fica seis meses trabalhando, logo após vai para casa na reserva. Esse direito, pelo Veto, estamos tirando, estamos regredindo. Deputado Chagas, Vossa Excelência enquanto Comandante, como Secretário de Segurança foi um defensor árduo, e está sendo, desse direito dos policiais, a uma promoção a mais, na ativa, aonde o Comando da PM e dos bombeiros pode promovê-los a qualquer momento. É um direito deles, há um critério, mas o IPER está interferindo na gestão da polícia militar e dos bombeiros.

Quero, mais uma vez, pedir ao Presidente, aos Membros da Comissão de Justiça que vai analisar esses Vetos, que nomeie uma Comissão, um Relator, para que possamos sentar durante esse final de semana e discutirmos, artigo por artigo, veto por veto. E, peço a compreensão, desde já, dos demais Deputados para que se tornem sensíveis a esta causa, a polícia militar e os bombeiros não aguentam mais. Os policiais do ex-território que estão aí há 30 anos vestindo a farda, fazendo segurança pública para nosso Estado, estão aguardando a publicação dessa lei para requerer sua reforma e aposentadoria mais do que justa. Não podemos regredir. Peço o apoio aos Senhores. Vou entregar uma justificativa na derrubada de cada artigo que foi vetado para tentar convencer aos Senhores. E, quero pedir, acima de tudo, o apoio da CCJ. Obrigado.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, membros dos meios de comunicação, policiais militares, bombeiros aqui presentes, a todos o meu cordial bom-dia.

A exemplo do Deputado Sampaio, ocupo essa Tribuna hoje, para trazer o lamento, a reclamação da família de todos os policiais militares e bombeiros desse Estado. A questão do Estatuto dos Militares é um tema que tem levado aflição a essas duas corporações, PM e Bombeiros, há mais de 12 anos. Quero dizer, Deputado Sampaio, que antes desse projeto de lei que foi enviado para cá pelo Governo no ano passado, dois outros projetos, com a mesma finalidade, foram elaborados, um no Comando do então Coronel Santiago, que foi para a PROGE, a qual designou um procurador que sentou em cima do projeto e não emitiu Parecer durante quase dois anos, apesar dos inúmeros esforços do Comandante da PM. Outro Coronel Eugaly, que em 2009 assumiu o Comando da Polícia Militar. Juntamente com o Comandante dos Bombeiros, Coronel Paulo Sérgio, elaboramos um novo Estatuto, encaminhamos a PROGE com pedido de urgência para análise, pois era uma reivindicação antiga dos militares estaduais, e o mesmo procurador que tinha sido designado anteriormente, foi designado para emitir o Parecer. Passei todo o meu Comando, Coronel Paulo Sérgio e eu, indo praticamente toda semana à PROGE, reunindo-me com esse procurador, mas ele sentou em cima, saí do Comando e ele não emitiu Parecer. Em 2011, em razão das demandas, reivindicações, solicitações dessa categoria, o Governo do Estado

nomeou uma Comissão composta por integrantes da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, do IPER, da PROGE, da Casa Civil, da Secretaria de Administração, dos soldados, cabos, sargentos, oficiais, de pensionistas, da Secretaria de Promoção Humana, da própria Primeira Dama para facilitar a articulação política. Foram mais de 09 meses, Deputado Jean, e Vossa Excelência que é Presidente da Comissão de Segurança Pública sabe, para elaborar esse projeto, todos esses órgãos discutindo, artigo por artigo. O governo fez uma solenidade para entregá-los à Assembleia e fui representando o Presidente desta Casa nessa solenidade no Palácio Hélio Campos, no salão nobre. Naquele Palácio, lotado de policiais militares e bombeiros militares, recebi o Projeto de Lei, o qual tive a honra de ser o relator, e convidei os Deputados Damosiel e Soldado Sampaio para me ajudarem na relatoria como meus sub-relatores. Nós avançamos madrugada a dentro, discutindo, artigo por artigo, e contamos com a presença dos comandos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros que eram os representantes do Estado. Foram feitas 32 emendas, mas das emendas feitas, Deputado Erci, cujo texto foi aprovado aqui, nesta Casa por unanimidade, de todo o projeto de lei que encaminhamos para sanção do Governador, o governo, por sugestão do IPER e da PROGE, vetou 14 dispositivos, desses apenas 03 foram nas emendas que nós fizemos, 11 foram em cima do texto original. Ora, essa comissão passou quase um ano trabalhando nisso, como é que somente agora aquele procurador que já estava conhecendo a matéria desde 98, encontrou falhas que poderiam resultar em inconstitucionalidade. Eu vejo isso como uma grande falta de responsabilidade desse membro da Procuradoria Geral do Estado. Como é que depois de 10 meses estudando artigo por artigo, depois que esta Casa discutiu, debateu, o Procurador descobriu que estava errado o que ele mesmo fez e entregou ao Governo do Estado para que me entregasse, como representante da Assembleia, em solenidade? Acredito que ele presta um desserviço ao Estado, brinca com uma categoria que é tão importante, como é a categoria de segurança pública e da defesa civil desse Estado. Eu vejo que não estão querendo reconhecer esse ato, induzindo o Governo a apresentar veto a uma matéria tão cara e tão importante para os policiais e bombeiros militares.

Querer vetar dispositivos da questão previdenciária do Estado, dessa categoria especial de servidores, assim reconhecido pelas Constituições Federal e Estadual, é tirar a alma do Estatuto, porque essa denominação Estatuto dos Militares possui na sua essência a questão previdenciária. Nós temos situação de policiais que morreram em serviço, como o caso do soldado Laurence que nós promovemos a Cabo pós-morte, mas até hoje a viúva não recebe os proventos dele como cabo. Morreu em serviço lá em São João da Baliza, atendendo uma ocorrência, levou um tiro na cabeça e vem o Procurador do Estado e presta esse desserviço. Eu lhe confesso, Deputado Flamarion, que estou indignado, porque não se brinca assim com uma instituição, com integrantes de uma instituição como a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros que prestam tão relevantes serviços à sociedade roraimense. Como passam dez meses estudando artigo por artigo, e depois sugerem, induzem o Governador a vetar? Nós temos a questão da promoção por 29 anos e seis meses, e isso não tem a ver com a questão previdenciária, a questão da carreira, na ativa, como falou o Deputado Sampaio, é um direito conquistado pelos militares ainda em 96, no Governo Ottomar, por sugestão nossa, por questão de reconhecimento profissional àqueles que por quase três décadas prestam serviços a sociedade roraimense. Ottomar, do alto do seu conhecimento, encaminhou o projeto de lei pra cá para ser aprovado, a Lei Complementar nº 103. Esse Estatuto da Promoção estava em vigor até agora, entretanto a Lei Complementar nº 103, foi revogada porque o texto do estatuto já transportava tudo e para não ficar a questão da carreira em uma lei e as outras questões em outra concentrou-se tudo em uma só lei no estatuto. Então, veio o IPERR, não interferindo na questão previdenciária, mas na questão da carreira que é de competência dos comandantes do Estado maior das corporações. Não se interfere nas instituições, pois quem tem que gerir a carreira, a ascensão funcional, são os gestores da pasta, e não cabe ao IPER dizer o que é melhor para a carreira dessas instituições. Eles vieram, interferiram e levaram o Governo a fazer alguns vetos, principalmente nessa questão da promoção de 29 anos e seis meses. Há uma insatisfação da promoção generalizada na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros por causa desse tema. Nós, eu, Deputado Sampaio e o Deputado Damosiel, e com certeza muitos dos Senhores que têm conhecidos, que têm amigos, familiares como policiais militares, acredito que já receberam a insatisfação de algumas pessoas por causa desse veto. E, como nós somos representantes diretos da categoria, imaginam o que

nós temos recebido? Então, são coisas que nos deixam indignados, trabalhamos há tanto tempo nisso e, de repente vem alguém e presta um desserviço, induzindo o Governador ao erro. Eu quero acreditar que esta Casa vai concertar isso, pois tem dado demonstrações pelo serviço prestado. Eu acredito que a PROGE ou o IPER tenham que vir explicar aqui, nesta Casa, como é que eles trabalham por mais de dez meses um assunto nesse estatuto, entregam o documento ao Chefe do Poder Executivo, que encaminha para o Poder Legislativo e depois vetam artigos que eles mesmo produziram. São questões que só me levam a crer que há alguns atores que prestam um desserviço à sociedade roraimense, porque a partir do momento que fazem isso, geram insatisfação a motivação do servidor e quem sofre mais com tudo isso é o cidadão, porque um servidor trabalhando desmotivado não consegue dar o melhor de si, por mais profissional que ele seja. Eu acredito que esse Procurador, que está praticamente sentando em cima do projeto só sairá mediante muita ação, pois está prestando um grande desserviço. Então, encerro fazendo um apelo aos parlamentares desta Casa para analisarmos essa questão, para que possamos encontrar uma solução. Ou o Governo encaminha um outro projeto, e vamos analisar, ou o IPER tem que nos convencer para não derrubarmos esse veto, pois vamos ter que verificar o que é justo realmente, o que é legal e o que é inconstitucional ao analisar esses vetos, artigo por artigo, pedindo destaque nas votações. Era isso. Nosso discurso tem a finalidade de pedir aos Senhores para que olhem com carinho e atenção esses vetos, para que possamos, definitivamente, dizer que os policiais e bombeiros militares merecem, precisam ter o Estatuto aprovado na sua íntegra, reconhecendo a questão da carreira, previdenciária e a questão que tanto afligem as mulheres que perderam seus maridos, seus pais durante o serviço, ou que tiveram seus pais e maridos acidentados e, agora, incapacitados para o serviço. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Não havendo mais nenhum Orador inscrito, passaremos para a Ordem do Dia. Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 001/12, que “dispõe sobre a revisão dos vencimentos e proventos dos servidores públicos, ativos e inativos, do Poder Judiciário do Estado de Roraima, para o ano de 2012, e dá outras providências”, de autoria do Tribunal de Justiça; em segundo turno, do Projeto de Resolução Legislativa nº 001/12, que “Altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, aprovado pela Resolução Legislativa nº 011/92, de 30 de junho de 1992, cria a Procuradoria Especial da Mulher, e dá outras providências”, de autoria da Mesa Diretora; em turno único, da Mensagem Governamental nº 001/12, de veto total ao Projeto de Lei nº 010/11, que “Autoriza o Poder Executivo a conceder desconto de 30% sobre o valor anual do IPVA, aos condutores que durante o ano não cometerem infração ao Código de Trânsito Brasileiro”; da Mensagem Governamental nº 002/12, de veto total ao Projeto de Lei nº 070/11, que “Institui o Programa de Regionalização da Merenda Escolar – PREME, no Estado de Roraima, e dá outras providências”; da Mensagem Governamental nº 005/12, de veto total ao Projeto de Lei nº 053/11, que “dispõe sobre a proibição da distribuição gratuita ou venda de sacolas plásticas a consumidores, em todos os estabelecimentos”; da Mensagem Governamental nº 007/12, de veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 029/11, que “institui o Estatuto dos militares do Estado de Roraima em consonância com as disposições do artigo 142, Parágrafo 3º, inciso X, e artigo 42, Parágrafo 1º, ambos da Constituição Federal de 1988, e artigo 13, inciso XVII, e artigos 28 e 29 da Constituição Estadual, e dá outras providências”.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura do Projeto de Resolução Legislativa nº 01/12.

O Senhor Segundo Secretário (**Ionilson Sampaio**) Lido o Projeto.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Solicito a abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado, em segundo turno, o Projeto de Resolução Legislativa nº 01/12, por 14 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Parecer das Comissões ao Projeto de Lei Complementar nº 01/12.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Lido o Parecer.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Em discussão a matéria.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à verificação de quórum para a votação.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Senhora

Presidente, não há quórum para a votação.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Solicito a presença dos Senhores Deputados para a votação.

Solicito a abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto, com 13 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Vamos aguardar o Parecer da Comissão de Justiça aos quatro Vetos constantes na pauta da Ordem do Dia, lembrando que para o quórum de veto temos que ter 16 Deputados. Estamos transferindo a Ordem do Dia para a Sessão de terça-feira e solicitando que a Comissão se reúna para dar andamento às matérias.

Gostaria de convidar os senhores Deputados para se fazerem presentes juntamente, com suas esposas, servidores desta Casa e dos Gabinetes, na Sessão de amanhã, onde esta Casa e os Deputados que a compõem, homenagearão às mulheres em função do dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher. Amanhã, os Deputados estarão lançando o Projeto da Procuradoria Especial da Mulher, e homenagearemos as instituições envolvidas em projetos de defesa da mulher, bem como as instituições do Estado que trabalham em defesa da mulher.

Iniciaremos agora o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – Quero apenas parabenizar a nossa amiga e servidora Karen Sheila, da Superintendência Legislativa, pela passagem de seu aniversário, e que tanto tem colaborado conosco nos auxiliando na prestação dos serviços e melhorando a qualidade do nosso trabalho. Obrigado.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira usar do Expediente de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão e convoco outra para o dia 15, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Portella, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingu, Jean Frank, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 20/03/12

ATAS COMISSÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA DIA 27 DE MARÇO DE 2012.

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e doze, às oito horas e trinta minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado Rodrigo Jucá, Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Flamarion Portela, Jalser Renier, Chicão da Silveira e Coronel Chagas. **Abertura:** Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Chicão da Silveira, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou em pauta à **Proposta de Moção de Aplauso nº 006/12**, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, “Ao felicitado Partido Comunista do Brasil; e **Proposta de Moção de Repúdio nº 007/12**, de autoria do Deputado Brito Bezerra, “À declaração do excelentíssimo senhor Rodolfo de Oliveira Braga, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima”. O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou o Senhor Deputado Chicão da Silveira, para relatar as Matérias. Após a designação, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse os Pareceres. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente na reabertura dos trabalhos, constatou na Ordem do Dia às Proposições, analisadas pelo Relator, solicitando ao mesmo proceder às leituras dos pareceres. Após as leituras, o Senhor Presidente colocou os Pareceres em discussão. Não houve discussão, submeteu à votação, foram aprovados pelos

Senhores Membros da Comissão. **Encerramento:** O Senhor Presidente, após deliberação das Matérias, encerrou a reunião às nove horas. E, para constar, eu, Gizelda Pinheiro de Barros, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Rodrigo Jucá

Presidente da Comissão

Aprovada em: 27/03/12

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA,
 REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2012.**

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e doze, às nove horas e trinta e oito minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado Flamarion Portela, Vice-Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas e Jalsen Renier. Ausente o Senhor Deputado Rodrigo Jucá, Presidente desta Comissão. **Abertura:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A Requerimento do Senhor Deputado **Chicão da Silveira**, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada pelos Membros presentes na Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou na Mesa dos trabalhos as seguintes Proposições: **Mensagem Governamental de Veto n°**

001/12, que, “Veta totalmente o Projeto de Lei n° 010/11, de autoria do Deputado **Flamarion Portela**, com apenso do Projeto de Lei n° 072/11, de autoria do Deputado **Jean Frank**, que, “Autoriza o Poder Executivo a conceder desconto de 30% (trinta por cento) sobre o valor anual do IPVA, aos condutores que durante o ano não cometerem infração ao Código de Trânsito Brasileiro”; Mensagem Governamental de Veto n.º **005/12**, que “Veto total ao Projeto ao Projeto de Lei n° 053/11, de autoria do Deputado **Chicão da Silveira**, que, “Dispõe sobre a proibição da distribuição gratuita ou venda de sacolas plásticas a consumidores, em todos os estabelecimentos”. O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais designou o Senhor Deputado **Chicão da Silveira** para relatar a Mensagem Governamental de Veto n° 001/12; Deputada **Aurelina Medeiros** para relatar a **Mensagem Governamental de Veto n° 005/12**. Após as designações, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião pelo tempo necessário para que os Senhores Relatores emitissem os Pareceres. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente, reabriu os trabalhos e constatou na Ordem do Dia as Proposições analisadas pelos Relatores, solicitando aos mesmos procederem às leituras dos pareceres. Após leitura, o Senhor Presidente colocou os Pareceres individualmente em discussão e votação, sendo aprovados pelos Senhores Membros presentes na Comissão. Logo após as deliberações dos Vetos, o Senhor Presidente constatou em pauta a Mensagem Governamental de Veto n° 007/12, o qual designou para relatar, o Senhor Deputado **Coronel Chagas**, dentro do prazo regimental. **Encerramento:** O Senhor Presidente, após deliberação das Matérias, encerrou a reunião às onze horas e quinze minutos. E, para constar, eu, Gizelda Pinheiro de Barros, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Flamarion Portela

Vice-Presidente da Comissão

Aprovada em: 27/03/12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo
 DO ESTADO DE RORAIMA
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, N° 202, CENTRO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo
DO ESTADO DE RORAIMA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO

